

CONTRIBUIÇÕES DA *GAUDIUM ET SPES*
PARA A COMPREENSÃO PASTORAL
DO HOMEM DE HOJE

Dom Cláudio Cardeal Hummes
Arcebispo de São Paulo

Na presente palestra, pretendo expor e refletir sobre algumas contribuições da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (GS) do Concílio Vaticano II para nossa pastoral de hoje, particularmente para elaborar uma compreensão pastoral do homem. Na qualidade de bispo da Igreja, não visio fazer propriamente teologia, mas uma reflexão pastoral. Também não pretendo esgotar o assunto, mas destacar algumas contribuições que me parecem importantes hoje.

No dia 25 de janeiro de 1959, o então Papa João XXIII, hoje beato, anunciou sua decisão de convocar um Concílio Ecu-
mênico, que seria o Concílio Vaticano II. Ele o fez durante uma celebração na Basílica de São Paulo fora dos Muros, em Roma. O local já indicava simbolicamente as preocupações do papa. O apóstolo Paulo faz pensar em missão, em evangelização, em abrir a Igreja para o mundo. Com efeito, João XXIII se perguntava como a Igreja poderia inserir-se melhor no mundo moderno. Ele entendia que a Igreja não poderia viver paralela ao mundo nem de costas para o mundo, mas devia inserir-se no mundo, a exemplo de Jesus que veio, “não para julgar o mundo, mas para que o mundo seja salvo por ele”. Este versículo do Evangelho de João, a saber, que “Deus não enviou seu Filho ao mundo para

julgar o mundo, mas para que o mundo seja salvo por ele” (Jo 3,17), ao meu ver, é parte integrante do modo como o Papa João XXIII via a Igreja e sua missão hoje. Não julgar, não condenar, mas salvar a humanidade.

Olhando para a humanidade com amor e impulso missionário, João XXIII se defrontou logo com a imensa multidão de pobres e famintos pelo mundo afora, vítimas da injustiça humana, fruto de estruturas injustas da sociedade. Por isso, ele pensou o Concílio como uma oportunidade de fazer da Igreja “a Igreja de todos, especialmente dos pobres”*. Contudo, para que a Igreja voltasse a ter todo o seu vigor evangelizador, precisava de renovação interna, de atualização (*aggiornamento*) tanto quanto de unidade maior. Mas infelizmente os cristãos no mundo estavam – e ainda estão – divididos em muitas Igrejas cristãs diferentes e separadas entre si. Era o escândalo da divisão dos cristãos. Esta divisão enfraquecia o testemunho da Igreja. Tornava-se, pois, urgente reconstruir a unidade que Jesus quis e pela qual rezou na Última Ceia, dizendo: “Como tu, Pai, estás em mim e eu em ti, que eles estejam em nós, para que o mundo creia que tu me enviaste. Eu lhes dei a glória que me deste, para que sejam um, como nós somos um: eu neles e tu em mim, para que sejam perfeitos na unidade e para que o mundo reconheça que tu me enviaste e os amaste como amaste a mim”(Jo 17, 21-23). Com efeito, o papa, desde o início, pensou o Concílio também como instrumento para unir novamente as Igrejas cristãs separadas, a fim de que seu testemunho diante do mundo tivesse maior credibilidade e Cristo fosse reconhecido como Salvador.

João XXIII era o pastor que ia em busca de suas ovelhas dispersas e perdidas. Não as esperava apenas em casa, mas ia em sua busca e por isso queria lançar a Igreja de novo ao meio do mundo, no caso, ao meio do mundo moderno tão indiferente, se-

* G.ALBERIGO. *História dos Concílios Ecumênicos*. São Paulo: Paulus, p.397-98.

não hostil, à fé cristã. No documento de convocação do Concílio, ele escreve: “A Igreja assiste, hoje, a uma grave crise da sociedade. Enquanto para a humanidade surge uma nova época, obrigações de uma gravidade e amplitude imensas pesam sobre a Igreja (...). Trata-se, na verdade, de pôr o mundo moderno em contacto com as energias vivificadoras e perenes do Evangelho” (Bula *Humanae Salutis*).

Entre os muitos e preciosos documentos produzidos pelo Concílio Vaticano II, a Constituição *Gaudium et Spes* se constituiu em um dos mais importantes. Foi também um dos últimos promulgados, já no final do Concílio. É chamada de Constituição Pastoral. Neste ano celebramos seus 40 anos.

A *Gaudium et Spes* procura o diálogo da Igreja com o mundo contemporâneo. Este é seu propósito maior. Já afirmava Mons. Emilio Guano, Presidente da Comissão que elaborou o esquema inicial desta Constituição, poucos dias antes de se iniciarem os debates sobre este texto, numa conferência aos jornalistas, em 17 de outubro de 1964: “Este esquema não é como os outros. Não tem como objeto imediato e direto a doutrina da Igreja. Não trata da consciência que a Igreja tem de si mesma, nem da Revelação, nem da renovação da vida espiritual e litúrgica, nem da disciplina eclesiástica, nem das formas canônicas. (...) O mundo de hoje com todos os seus problemas é que constitui o seu tema. É a Igreja que dirige seu olhar para a civilização atual, para as necessidades e aspirações dos homens de hoje, para as transformações e orientações novas que caracterizam a sociedade hodierna (...). O interesse por tudo o que é humano é algo de essencial na Igreja, porque ela foi fundada para os homens, pelo Filho de Deus feito homem, membro da família humana. Esses motivos fazem com que a Igreja procure compreender os homens e ser, ao mesmo tempo, compreendida por eles. (...) Naturalmente, ao entrar em contato com a realidade cotidiana, a Igreja não pode esquecer-se de que a sua missão é a de anunciar o Evangelho, é a de comunicar a vida divina aos homens, é a de conduzir

os homens para Deus. Com o presente esquema, o Concílio tem em vista exprimir e favorecer o diálogo da Igreja com o mundo contemporâneo. A finalidade, portanto, do esquema é a de definir a atitude da Igreja perante os problemas do homem de hoje”.

De fato, a *Gaudium et Spes* se compõe de duas partes, como se pode ler numa nota que o documento integra no texto, logo no início, que diz: “Na primeira parte, a Igreja desenvolve sua doutrina sobre o homem, o mundo no qual o homem é colocado e sobre suas relações com os homens. Na segunda parte, considera mais atentamente alguns aspectos da vida de hoje e da sociedade humana e de modo especial as questões e os problemas que atualmente parecem ser os mais urgentes”(nota 1). Ora, aqui quero limitar-me à questão do homem, tratada na primeira parte.

E quem é este homem? “O que pensa a Igreja a respeito do homem?”, pergunta a *Gaudium et Spes* (GS, 11). Na verdade, a Igreja do Concílio Vaticano II estava diante do homem moderno e nos inícios da pós-modernidade. Ora, qual era a concepção moderna do homem? Numa verdadeira revolução copernicana, em relação às concepções medievais, a filosofia moderna havia colocado o homem no centro de todas as coisas. Um antropocentrismo radical, que se transformou em subjetivismo, que priorizou a subjetividade humana frente à objetividade, em racionalismo, que absolutizou a razão humana frente à fé religiosa e em imanentismo, que renegou a metafísica e se fechou à transcendência divina. Assim, o homem ficou só diante de si mesmo e reduzido a si mesmo. “Eu penso, logo existo”, disse Descartes, iniciando este novo caminho filosófico. “Eu existo” como pensante, tudo o mais está colocado sob a dúvida. A subjetividade se absolutizava, mas também restava só. Todo o pensamento moderno foi um contínuo e variado desenvolvimento desse subjetivismo racionalista.

Essa nova concepção do homem produziu a cultura moderna, que expressava o antropocentrismo principalmente pela

afirmação da liberdade e da autonomia do homem, que rejeitava todas as tutelas: a tutela da religião, a tutela do poder monárquico hereditário e absoluto, a tutela da metafísica, a tutela da moral objetiva. Nada que viesse de fora do homem era digno de ser aceito pelo homem. Sua autonomia era sua dignidade maior. Ele se tornava sujeito absoluto de sua história e de seu destino. A razão humana era sua única luz para o conhecimento da verdade. Essa razão exprimiu-se, então, de modo admirável na descoberta do método científico experimental em busca do conhecimento da natureza, depois conjugado com as ciências matemáticas, desenvolvendo-se no que hoje conhecemos como a prodigiosa ciência moderna, em todos os seus ramos e a conseqüente avalanche do progresso tecnológico, que é a ciência aplicada. O homem moderno começou a acreditar no mito do progresso inexaurível, capaz de resolver todos os problemas do homem e responder a todas as perguntas do espírito humano.

No terreno da política e da convivência humana em geral, o antropocentrismo moderno, que se exprime na afirmação da autonomia de cada ser humano e, portanto, na rejeição de todo tipo de tutela, criou a democracia como sistema de governo político, a autodeterminação dos povos contra o colonialismo e afirmou e elaborou o código dos direitos humanos, expressão da fundamental igualdade de todos os seres humanos.

Contudo, quando o Concílio iniciou seus trabalhos, em 1962, a pós-modernidade também já havia iniciado. Ela resultava de um desencanto crescente em relação aos frutos da modernidade. A maior acusação contra a racionalidade moderna haviam sido as duas guerras mundiais, principalmente a segunda guerra com os horrores do nazismo, que havia realizado o terrível, bárbaro, desumano, absurdo e totalmente irracional holocausto dos judeus. Além disso, essa guerra, no seu final, ainda somou às suas responsabilidades a tragédia espantosa da destruição de Hiroshima e Nagasaki pela bomba atômica, fruto da ciência moderna. A Revolução Russa, de 1917, que se deixou encantar pela ideo-

logia marxista, fruto da racionalidade moderna, se desenrolou no meio de horrores e morticínios e vinha mantendo-se mediante um regime brutal e ditatorial. Do outro lado estava outro filho da modernidade, a ideologia liberal, levada à prática pelo capitalismo, o qual se nutriu e ainda se nutre da pobreza, miséria e fome de centenas de milhões de seres humanos pelo mundo afora. Como ainda ser otimista diante da razão humana, que, deixada a si mesma, havia sido e ainda é capaz de tais horrores e desumanidades? Aliás, a própria Revolução Francesa, no fim do século XVIII, que ocorreu ainda na fase da implantação da modernidade e em grande parte foi a mãe da democracia moderna, rejeitando a tutela da monarquia hereditária e absoluta, foi também marcada pelos horrores do terror revolucionário.

Era este homem moderno e pós-moderno com quem e sobre quem o Concílio Vaticano II, na sua *Gaudium et Spes*, queria dialogar. Qual é então a compreensão do homem elaborada pela *Gaudium et Spes*?

Trata-se de uma antropologia cristã que reconhece muitos progressos verdadeiros da concepção moderna do homem e busca integrá-los na sua visão cristã, ao mesmo tempo que aponta os limites e os desvios da modernidade. Uma antropologia que encontra sua verdade última na cristologia, ou seja, no homem Jesus Cristo.

Com efeito, a *Gaudium et Spes*, em sua primeira parte, ao expor sua doutrina sobre o homem, apresenta uma síntese antropológica, em que ressalta a subjetividade do ser humano. Esta subjetividade o capacita a ser, a seu modo, centro do universo, ainda que sempre sob o senhorio absoluto de Deus, em Cristo, e apesar das feridas do pecado. Ao falar do homem e de sua subjetividade, destaca como componentes fundamentais do sujeito humano a liberdade/autonomia (*GS* 17), a igualdade (*GS* 29), a fraternidade (*GS* 32), a dignidade e a autoridade invioláveis da intimidade da consciência moral, componentes estes situados no marco da dimensão comunitária da pessoa (*GS* 24-26).

Destaco aqui a importantíssima doutrina da *Gaudium et Spes* sobre a dignidade da íntima consciência moral do sujeito humano. Diz o texto: “Na intimidade da consciência, o homem descobre uma lei (...), uma lei escrita por Deus em seu coração. Obedecer a ela é a própria dignidade do homem, que será julgado de acordo com esta lei. A consciência é o núcleo secretíssimo e o sacrário do homem onde ele está sozinho com Deus e onde ressoa a voz de Deus. (...) Pela fidelidade à consciência, os cristãos se unem aos outros homens na busca da verdade e na solução justa de inúmeros problemas morais que se apresentam, tanto na vida individual como social (...). Acontece não raro que a consciência erra, por ignorância invencível, sem perder, no entanto, sua dignidade” (GS 16). É, portanto, próprio da dignidade do sujeito humano, e seu dever seguir sempre sua consciência, mesmo quando ela se apresentasse errônea, por uma ignorância invencível. Neste último caso, então, supõe-se que tenha havido um prévio e normal esforço de formar retamente a consciência, buscando discernir o bem a fazer e a verdade a acolher, mas sem resultado positivo.

Essa doutrina conciliar responde à exigência da modernidade de que a moral não pode vir simplesmente de fora sobre o homem, como algo exterior que o submeta, mas deve de alguma forma partir também de dentro do homem. A lei inscrita por Deus no coração de cada ser humano é esta raiz, esta voz da interioridade, esta cumplicidade interior, que é a capacidade de acolher as normas objetivas da moral, sem ferir a dignidade e a inviolabilidade da íntima consciência moral do homem, cujo primado deve prevalecer sempre na decisão moral, ou seja, o homem deve sempre seguir sua consciência, supondo-se que procurou formá-la retamente, também à luz da moral objetiva.

Essa lei interior, inscrita no coração de cada homem, nos remete justamente ao que a modernidade chama de autonomia do homem, ou seja, ninguém pode submeter o homem, porque ele é um sujeito e não objeto, nenhuma norma lhe pode ser imposta

simplesmente de fora, pois seria uma arbitrariedade, uma escravização. Contudo, ele tem uma lei interna, no íntimo de sua consciência, que sempre deve seguir. Essa lei rege sua liberdade e dá sentido à sua liberdade. Muitas vezes, porém, vemos a modernidade destacar e deformar esse conceito de liberdade, quando, querendo exaltá-la, afirmá-la e promovê-la, a interpreta como “uma licença de fazer tudo o que lhe agrada, mesmo o mal” (GS 17). O Concílio repudia essa concepção de liberdade humana. Entretanto, afirma e frisa a grandeza da liberdade humana, como integrante da inviolável dignidade humana. Porém, seu conceito de liberdade exige que esta se oriente pela luz da verdade, ou seja, a verdade dá o sentido da liberdade, a orientação para suas decisões livres, ao mesmo tempo que a liberdade humana está sempre situada com outras liberdades que, por sua vez, devem ser respeitadas, acima de tudo a liberdade suprema e incondicionada de Deus, mas também a dos outros homens. A liberdade humana assim se exerce sempre numa necessária abertura, solidariedade e co-responsabilidade com outras liberdades igualmente invioláveis. Em resumo, poderíamos dizer que o horizonte, que torna possível o exercício digno da liberdade humana, no convívio solidário e co-responsável com a liberdade dos outros, é o amor. Dizia sabiamente Santo Agostinho: “Ame e faça o que quiser”.

Dissemos que a verdade deve iluminar a liberdade e a autonomia do homem. Na busca dessa verdade, a modernidade proclamou a razão humana como única fonte de conhecimento da verdade. Com certeza, a razão é elemento integrante da subjetividade humana e da sua dignidade. Isso levou a modernidade a um racionalismo extremo, que acreditava que a razão poderia sozinha resolver todos os problemas da humanidade. Já vimos a que desastres a razão, deixada sozinha, acabou levando a humanidade.

A *Gaudium et Spes*, falando da dignidade da inteligência humana, diz: “Exercitando sua inteligência diligentemente atra-

vés dos séculos, nas ciências empíricas, artes técnicas e liberais, o homem de fato progrediu. Em nossos tempos, sobretudo pesquisando e dominando o mundo material, o homem conseguiu notáveis resultados” (GS 15). Desse modo, o Concílio reconhece o progresso científico e técnico como sendo um valor para a humanidade e manifestação de sua capacidade de conhecer a realidade por meio da razão. Mas acrescenta logo: “(O homem), porém, procurou sempre e encontrou uma verdade mais profunda. Pois a inteligência não se limita aos fenômenos, mas pode atingir, com autêntica certeza, a realidade inteligível, ainda que, em conseqüência do pecado, esteja em parte obscurecida e enfraquecida” (*idem*). Faz apelo, então, à necessária sabedoria para que o homem, na busca do conhecimento, não se aprisione no resultado das ciências empíricas. “A natureza intelectual da natureza humana se aperfeiçoa e deve ser aperfeiçoada pela sabedoria”. Finalmente, conclui, dizendo: “Pelo dom do Espírito Santo, o homem, na fé, chega a contemplar e saborear o mistério do plano divino” (*idem*).

Vemos como na *Gaudium et Spes* a fé e a razão não se excluem mutuamente, mas, ao contrário, se completam e aperfeiçoam na busca da verdade. Como dirá João Paulo II, na Encíclica *Fides et Ratio*: “A fé e a razão constituem como que as duas asas pelas quais o espírito humano se eleva para a contemplação da verdade” (introdução). Nesta Encíclica, o papa fala da racionalidade da fé cristã e da razão que se abre aos horizontes da fé. As duas não se contradizem, mas se iluminam mutuamente.

Outro tema de diálogo entre a Igreja e o homem moderno é o problema do ateísmo. Proclamando a autonomia e liberdade do homem, a modernidade julgou dever concluir pela não-existência de Deus. Se Deus existe, o homem não é livre. Ora, o homem é livre e, portanto, Deus não existe. Ou como diz a *Gaudium et Spes*: “Aqueles que professam tal ateísmo sustentam que a liberdade consiste em o homem ser o seu próprio fim e o único artífice e demiurgo de sua própria história. E pretendem que essa

posição não pode harmonizar-se com o reconhecimento do Senhor, autor e fim de todas as coisas, ou pelo menos torna tal afirmação completamente supérflua” (GS 20). Este é um sofisma da modernidade, pois entende a liberdade como poder absoluto de domínio e de decisão. Se Deus decide tudo, então eu não decido nada, ou, se Deus domina tudo, é Senhor de tudo, então eu não domino nada, não sou senhor de nada, sou escravo, não sou livre, diz o sofisma. O mesmo vale também então entre os diversos indivíduos humanos, que todos se dizem livres. Para eu ser livre, não poderia tolerar outras liberdades ao meu lado. Dizia Sartre: “O inferno são os outros”. A solução do sofisma, que está por detrás desse ateísmo moderno, consiste no reconhecimento de que liberdade não é simplesmente e somente o pleno domínio sobre tudo e a liberdade de escolher o que quer que agrade, seja bom ou mau. Ao contrário, a liberdade do homem só se manifesta, se exerce e pode desenvolver-se verdadeiramente, se ela tiver um sentido, uma orientação, que só a verdade lhe pode dar, e esta conduz o homem livre a abrir-se aos outros sujeitos livres, no amor, na solidariedade e na co-responsabilidade. No próprio Deus, que é comunidade de três Pessoas divinas e livres, a liberdade é amor. A liberdade humana abandonada a si própria, sem sentido e sem amor, é uma força cega, sem rumo e sem objetivo, ameaçadora e autodestrutiva.

Toda essa antropologia cristã, ensina a *Gaudium et Spes*, se enraíza e fundamenta na cristologia, ou seja, o homem encontra sua verdade mais profunda, sua identidade, vocação e missão neste mundo, na pessoa do Cristo, homem novo. Diz o documento: “Na realidade, o mistério do homem só se torna claro verdadeiramente no mistério do Verbo encarnado” (GS 22). Jesus Cristo assume a natureza humana e a redime das feridas do pecado. Ele se torna o novo Adão. Ele é o homem perfeito. “Restituiu aos filhos de Adão a semelhança divina” (GS 22). “Como a natureza humana foi nele assumida, não aniquilada, por isso mesmo também foi em nós elevada a uma dignidade sublime”(idem), à

dignidade de filho de Deus e herdeiro de Deus. “Com efeito, por sua encarnação, o Filho de Deus uniu-se de algum modo a todo homem. Trabalhou com mãos humanas, pensou com inteligência humana, agiu com vontade humana, amou com coração humano. Nascido da Virgem Maria, tornou-se verdadeiramente um de nós, semelhante a nós em tudo, menos no pecado” (*idem*). Ele restaurou em nós a capacidade de amar, com amor de doação, solidariedade e co-responsabilidade para com os demais seres humanos, doando-se ele a si mesmo totalmente por amor ao Pai celeste e a nós em sua morte na cruz. Por sua morte, mereceu-nos a vida, vencendo a morte, por sua ressurreição, porque nos amou, se entregou por nós.

Assim a nossa morte, esse enigma que a modernidade nunca conseguiu resolver devidamente, é na verdade um mistério, que recebe do mistério da morte e ressurreição de Jesus Cristo o seu sentido último e positivo. A morte, na luz de Cristo, não tem mais a última palavra, mas sim a ressurreição para a vida plena, feliz e imortal de ressuscitados, junto de Deus, participando assim da ressurreição de Cristo. Assim, “padecendo por nós, (Cristo) não só nos deu um exemplo para que sigamos seus passos, mas abriu novo caminho: se nós o seguirmos, a vida e a morte são santificadas e adquirem nova significação” (*idem*). “É certo”, continua a *Gaudium et Spes*, “que a necessidade e o dever obrigam o cristão a lutar contra o mal, através de muitas tribulações e a padecer a morte. Mas, associado ao mistério pascal (da morte e ressurreição), configurado à morte de Cristo e fortificado pela esperança, chegará à ressurreição” (*idem*).

A esta altura, a *Gaudium et Spes* abre todo o leque da universalidade da vocação humana e da conseqüente misericórdia do Senhor para com todos os seres humanos, dizendo: “Isso (que se disse do homem cristão) vale não somente para os cristãos, mas também para todos os homens de boa vontade, em cujos corações a graça opera de modo invisível. Com efeito, tendo Cristo morrido por todos e sendo uma só a vocação última do homem,

isto é, a divina, devemos admitir que o Espírito Santo oferece a todos a possibilidade de se associarem, de um modo conhecido (somente) por Deus, a este mistério pascal”(idem). Essa doutrina é de grande atualidade, hoje, no diálogo inter-religioso, tão necessário num mundo globalizado, em que as religiões e também os não-crentes necessariamente precisam conviver.

É preciso dizer ainda uma palavra, mesmo breve, apesar da importância do tema, sobre a atividade humana aqui no mundo e “a autonomia das realidades terrestres”, que ilumina a relação entre as ciências e a fé. A *Gaudium et Spes* começa com palavras de profunda simpatia com toda a realidade do homem no mundo (cf. GS 1). Afirma a bondade radical do mundo criado por Deus, não obstante suas ambigüidades, que derivam do pecado original e de todos os pecados pessoais posteriores. Diz o texto: “Pela própria condição de serem criaturas (de Deus), todas as coisas possuem consistência, verdade, bondade e leis próprias, que o homem deve respeitar, reconhecendo os métodos peculiares de cada ciência e arte. Por essa razão, a investigação metódica em todos os campos do saber, quando levada a cabo de um modo verdadeiramente científico e segundo as normas morais, nunca será realmente oposta à fé, já que as realidades profanas e as da fé têm origem no mesmo Deus” (GS 36). Desse modo, o Concílio afirma “a autonomia das realidades terrestres”. Ele o faz mais explicitamente no seguinte texto: “Se por autonomia das realidades terrestres entendemos que as coisas e as próprias sociedades gozam de leis e valores próprios, a serem conhecidos, usados e ordenados gradativamente pelo homem, é necessário absolutamente exigí-la” (idem). Contudo, “se pelas palavras ‘autonomia das realidades temporais’ se entende que as coisas criadas não dependem de Deus, e o homem as pode usar sem referência ao Criador, todo aquele que admite Deus percebe o quanto sejam falsas tais máximas. Na verdade, sem o Criador, a criatura se esvai (...). Pelo esquecimento de Deus, a própria criatura torna-se obscura” (idem).

Contudo, a atividade humana, assim como a criação e a história, foram feridas pelo pecado e precisam de redenção. O apóstolo Paulo já disse que a criação geme em dores de parto, esperando a libertação (cf. *Rm* 8, 18-25). A *Gaudium et Spes* tem uma página admirável sobre o novo céu e a nova terra, no final dos tempos. O texto diz que “ignoramos o tempo da consumação da terra e da humanidade e desconhecemos a maneira de transformação do universo (...), mas aprendemos que Deus prepara morada nova e nova terra. Nela habita a justiça, e sua felicidade irá satisfazer e superar todos os desejos que sobem dos corações dos homens. Então, vencida a morte, os filhos de Deus ressuscitarão em Cristo, e o que foi semeado na fraqueza e na corrupção revestir-se-á de incorrupção. Permanecerão o amor e sua obra e será libertada da servidão da vaidade toda aquela criação que Deus fez para o homem. (...) Depois de propagarmos na terra, no Espírito do Senhor e por sua ordem, os valores da dignidade humana, da comunidade fraterna e da liberdade, todos esses bons frutos da natureza e do nosso trabalho, nós os encontraremos de novo, limpos de toda impureza, iluminados e transfigurados, quando Cristo entregar ao Pai ‘o reino eterno e universal, reino de verdade e de vida, reino de santidade e de graça, reino de justiça, de amor e de paz’. O reino já está presente em mistério aqui na terra. Chegando o Senhor, ele se consumará”(GS 39).

Concluindo, pode-se dizer que a *Gaudium et Spes*, ao mesmo tempo que reconhece a ferida que o pecado infligiu a toda a realidade humana, mostra que esta, contudo, foi definitivamente redimida por Cristo e em Cristo, o novo Adão. Em consequência, apresenta uma visão positiva do sentido e da vocação da criação, do homem, da atividade humana, das ciências, da técnica, da sociedade humana e da história. É com essa visão positiva que a Igreja busca dialogar com o homem moderno e anunciar-lhe a pessoa de Jesus Cristo, morto e ressuscitado, e seu reino.